



**11 de setembro de 2021**

**CADERNO DE QUESTÕES**

**GRUPO II: DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

**INSTRUÇÕES**

1. Senhor(a) candidato(a), no campo para identificação abaixo, escreva o seu nome, o número da sua inscrição e assine.
2. É vedado ao candidato, sob pena de anulação, inserir nos cadernos de respostas, o seu nome, assinatura, local de realização, ou qualquer outro sinal que o possa identificar.
3. Esta prova constará de **duas partes**. Para cada parte da prova será fornecido um caderno de respostas com 10 (dez) folhas, destinadas à transcrição das respostas: **caderno de respostas 1ª parte** e **caderno de respostas 2ª parte**. É vedado destacar ou rasgar as folhas dos cadernos de respostas. Tenha atenção para lançar suas respostas no caderno de respostas correto. Não serão fornecidas folhas adicionais. Apenas os cadernos de respostas serão considerados para correção.
4. Se necessário, o candidato poderá inutilizar parte da sua resposta, efetuando um risco horizontal no trecho a ser inutilizado e delimitando-o com parênteses.
5. As respostas serão manuscritas, com utilização de caneta de tinta azul ou preta indelével, vedado o uso de líquido corretor de texto ou caneta hidrográfica fluorescente.
6. **O candidato deverá iniciar a resposta de cada questão em folha separada.** O candidato deverá observar o limite de número de linhas eventualmente estabelecido pelo Examinador para as suas respostas.
7. A Banca Examinadora, na correção, considerará, em cada questão, o conhecimento sobre o tema, a utilização correta do vernáculo e a capacidade de exposição do candidato.
8. Será permitida consulta à legislação obtida nos códigos de autoria exclusiva das editoras, que contenham apenas referências ou remissões legislativas, desde que desacompanhada de anotação ou comentário, vedada consulta a obras doutrinárias, exposições de motivos, súmulas e orientação jurisprudencial.
9. Não serão admitidas legislações avulsas, ainda que originárias do sítio eletrônico da Presidência da República.
10. **O tempo máximo de duração da prova é de 5 (cinco) horas.**
11. O candidato não poderá retirar-se da sala de prova antes de decorridos 60 minutos do início da prova. O candidato não poderá levar o caderno de questões ou as folhas de rascunho.

**32º CONCURSO PARA INGRESSO NA CARREIRA DO MPDFT**  
**11/9/2021 – PROVA DISCURSIVA**  
**GRUPO II: DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

Máscara

(Para uso do MPDFT)

**CAMPO PARA IDENTIFICAÇÃO**

Nome do(a) Candidato(a):

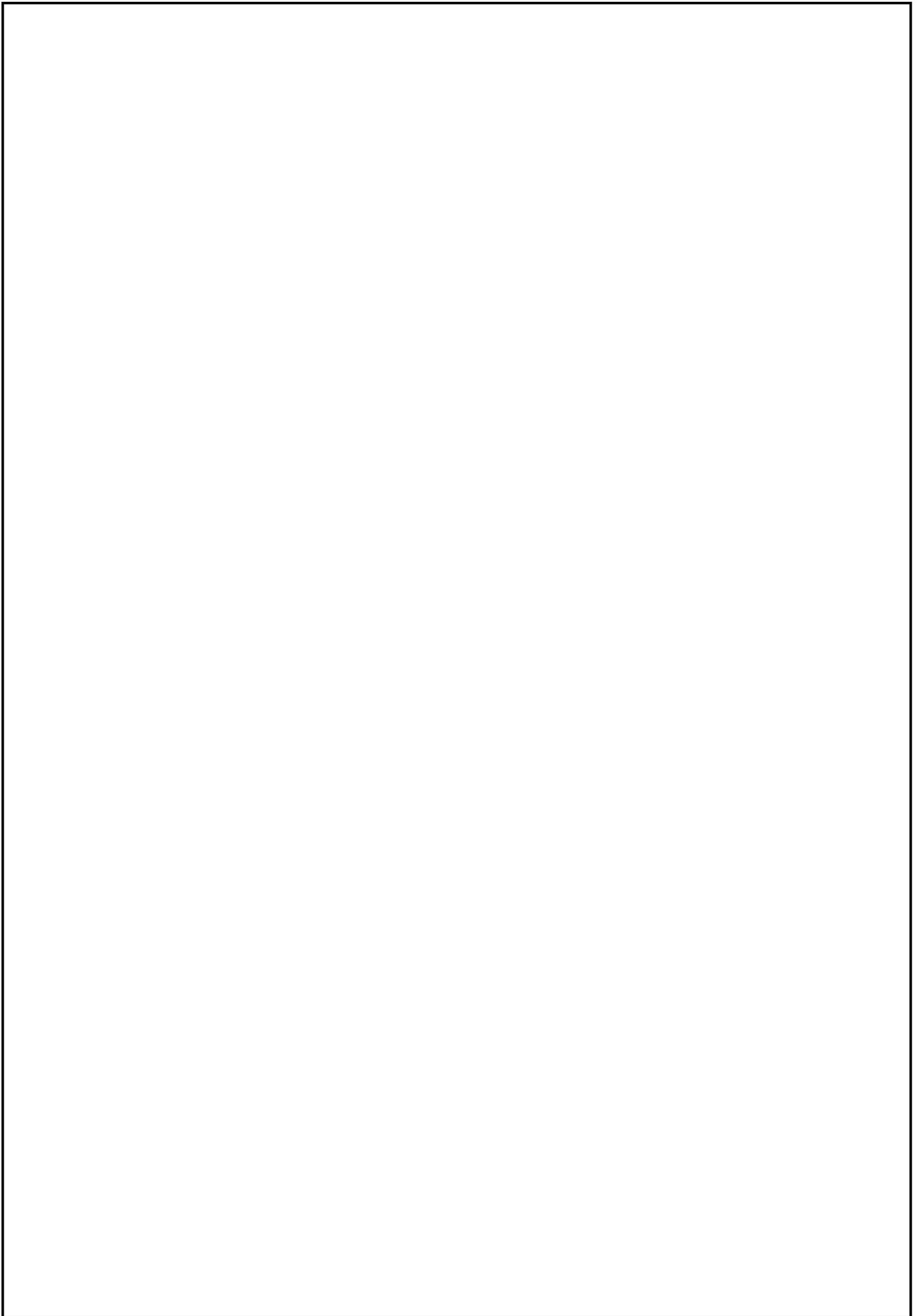
Número de Inscrição:

Assinatura:

**Nº DE FOLHAS UTILIZADAS DA PROVA** (Para uso do SUPERVISOR DE SALA)

Primeira Parte: \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )

Segunda Parte: \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_ )



## GRUPO II: DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### – PRIMEIRA PARTE –

Leia o enunciado abaixo e com atenção. Eventuais rasuras podem anular a questão. **Letra legível.** O uso adequado do vernáculo será considerado e eventuais erros de gramática podem conduzir a descontos na pontuação.

**ENUNCIADO** - O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – MPDFT passou a investigar a conduta de um plano de Saúde mantido por uma das maiores companhias do ramo, com atuação em todo o território nacional e sede da empresa na cidade de São Paulo – SP, mediante um Inquérito Civil Público - ICP. Dentre as práticas investigadas, há uma cláusula contratual inserida em seus contratos, nos quais a empresa do plano de saúde fez constar a seguinte cláusula: **É vedado ao segurado a transferência para um plano inferior.**

O ICP decorre de reclamação que chegou ao Ministério Público por meio da Ouvidoria do MPDFT e na qual um usuário relatou as dificuldades que encontrou para resolver a sua situação particular, pois não conseguia mais adimplir as prestações do seu plano de saúde em razão de estar com outras pendências orçamentárias e precisava contratar um outro plano que coubesse em seu orçamento, mesmo que com uma cobertura menor. O Promotor de Justiça com atribuições no caso requisitou informações junto ao PROCON local e recebeu a informação de inexistir qualquer reclamação em face da aludida cláusula e em pesquisa pela Internet nada foi encontrado no sítio da empresa RECLAME AQUI.

Posteriormente, o Promotor de Justiça requisitou informações junto ao Plano de Saúde e recebeu como resposta que a referida cláusula era importante para manter o chamado equilíbrio atuarial, pois acaso permitisse a migração para planos inferiores, os custos seriam enormes e oneraria toda a rede de segurados, com a necessidade de reajustes maiores no futuro. Além disso, a empresa do plano de saúde alegou que a regulação da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS -, estipulava no sentido de que o consumidor que desejasse migrar para um outro plano de saúde (outra empresa) poderia fazê-lo sem qualquer carência de cobertura, razão pela qual a cláusula questionada não estava em confronto com as normas e as leis. Segundo a empresa do plano de saúde, a ANS permitia que os casos omissos das suas resoluções fosse resolvido pela liberdade contratual e o consumidor não estaria impedido de melhorar as condições de cobertura, mediante a contratação de um plano superior.

O Promotor de Justiça responsável pela investigação resolveu realizar uma audiência na Promotoria de Justiça com a empresa e tentar uma composição, mediante a assunção de um Termo de Ajuste de Conduta – TAC, no qual a referida cláusula seria suprimida de seus instrumentos e garantindo aos consumidores a liberdade de migração para planos inferiores ao contratado. A empresa compareceu na referida audiência e por seu preposto com amplos poderes e devidamente assistida por advogado, afirmou que a investigação deveria ser enviada ao Ministério Público Federal, pois dizia respeito às questões da regulação da ANS e eventuais medidas judiciais, entre elas uma Ação Civil Pública – ACP - necessariamente deveriam tramitar no âmbito da Justiça Federal, dado o interesse subjacente da Agência Reguladora e em consonância com a **Doutrina Chevron** do Direito Norte Americano e consagrada pelo Judiciário nacional no tocante às normas

regulamentares exaradas pelas agências reguladoras. Quanto ao pedido principal, a empresa afirmou que não há atribuição do Ministério Público a ser tutelado, pois diz respeito a interesse meramente individual, homogêneo, patrimonial e disponível, somado aos demais fatos constantes da investigação e de que não pretendia firmar a proposta de TAC e nem ofereceu outra solução, reafirmando que a cláusula está de acordo com as regras legais.

Neste caso, **somente uma opção** é condizente com a atuação do Promotor de Justiça, dado que o Ministério Público deverá adotar uma das seguintes medidas:

- a) Arquivar o ICP;**
- b) declinar as atribuições ao Ministério Público Federal e;**
- c) ajuizar uma ACP.**

Assim, ofereça a manifestação ministerial. Observar os requisitos da peça adequada ao problema proposto. Deve abordar as questões em debate. Apontar a base legal, sem transcrever artigo de lei. Dispensável o relatório. A resposta deverá ser contida em até 60 (sessenta) linhas. **IMPORTANTE:** No lugar de datar e assinar, o candidato deve consignar DATADO E ASSINADO. PROMOTOR DE JUSTIÇA (Evita identificação e qualquer sinal diferente pode significar identificação do candidato e anula a prova). Sucesso!!!

**Pontuação:** 40 pontos.

**Número máximo de linhas:** 100 linhas.

## GRUPO II: DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

### – SEGUNDA PARTE –

#### QUESTÃO 1

Você, na condição de Promotor de Justiça da Infância e Juventude, deve atuar no sentido de garantir a efetividade do **princípio da absoluta prioridade dos direitos das crianças e dos adolescentes**. Exercendo o múnus fiscalizatório de uma determinada política pública que garante setorialmente a efetividade desse princípio, você se depara com o argumento do gestor no sentido de que não há recursos suficientes no orçamento para tal destinação, fato documentalmente comprovado. Analisando mais a fundo a questão você percebe que a origem do vício está na própria elaboração da lei orçamentária, que não previu adequadamente, dentro dos limites do razoável e do possível, a dotação de recursos necessária para a execução dessa política. Nesse sentido:

- a) Elenque duas formas de atuação cabíveis, uma judicial e outra extrajudicial, para a garantia de verbas orçamentárias necessárias à maior efetividade do princípio da absoluta prioridade das crianças e dos adolescentes durante a fase de elaboração da lei orçamentária. Fundamente.
- b) Previstos os recursos na lei orçamentária, elenque duas formas de atuação cabíveis, uma judicial e outra extrajudicial, para a garantia da execução do orçamento necessária à maior efetividade do princípio da absoluta prioridade das crianças e dos adolescentes. Fundamente.

**Pontuação:** 20 pontos.

**Número máximo de linhas:** 50 linhas.

#### QUESTÃO 2

Segundo o Código Civil em seu artigo art. 3º “**São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos**”.

Pergunta-se:

- a) Defina “**atos da vida civil**” indicando qual a relevância desses atos para o direito civil e para a vida privada?
- b) O que difere os **atos da vida civil** dos demais atos lícitos e ilícitos regulados pelo direito civil?

**Pontuação:** 20 pontos.

**Número máximo de linhas:** 35 linhas.

### QUESTÃO 3

Segundo o Código Civil em seu artigo art. 189 “**Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206**”.

- a) Defina “violação” de direito subjetivo e “pretensão”, esclarecendo fundamentadamente as seguintes questões: Como e quando se dá o inadimplemento nas dívidas quesíveis? A pretensão, nessas dívidas, pode surgir antes de se consolidar a *mora debitoris*? Qual o termo inicial do prazo prescricional nas dívidas quesíveis não pagas por inação do credor e qual o objeto da prescrição nessas hipóteses?
- b) Faça uma breve análise crítica do artigo 189 e da teoria da **actio nata**, a luz das questões levantadas acima.

**Pontuação:** 20 pontos.

**Número máximo de linhas:** 35 linhas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	